

Aula 08 - Prof. Fernando Pedrosa

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
07 de Junho de 2025
Manzato Moises

TJ/PR – REGIMENTO INTERNO – PARTE 1

Sumário

Análise Estatística	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Introdução	2
LIVRO I - TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS (ARTS. 1º A 23)	3
LIVRO I - TÍTULO II - DAS ELEIÇÕES, DA POSSE E DA VACÂNCIA (Arts. 24 a 32)	6
LIVRO I - TÍTULO III - DOS DESEMBARGADORES	7
LIVRO I - TÍTULO IV - DAS LICENÇAS, DAS FÉRIAS, DO AFASTAMENTO, DAS SUBSTITUIÇÕES, DAS CONVOCAÇÕES E DO REGIME DE COLABORAÇÃO	10
LIVRO I - TÍTULO V - DAS SESSÕES E DAS AUDIÊNCIAS	12
LIVRO II - TÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JUDICANTES	15
LIVRO II - TÍTULO II - DAS COMISSÕES	25
LIVRO II - TÍTULO III - DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DO SEGUNDO GRAU	28
Aposta estratégica	31
Questões Comentadas	32
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	35
Perguntas	35
Perguntas com respostas	36
Lista de Questões	39
Gabarito	Erro! Indicador não definido.



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Devido à alta especificidade deste assunto, ainda não há um conjunto de questões grande o suficiente para se realizar uma análise estatística relevante.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Introdução

O **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)** é um **ato normativo de natureza administrativa** que disciplina o funcionamento interno da Corte, **organizando suas estruturas, competências e procedimentos**, tanto jurisdicionais quanto administrativos.

Trata-se de uma norma de autogoverno, editada pelo próprio Tribunal, com **fundamento na autonomia constitucional conferida ao Poder Judiciário** (art. 96, I, "a", da CF/88).

Objetivos do Regimento Interno:

- **Estabelecer a estrutura organizacional do TJPR** (órgãos fracionários, administrativos, auxiliares, etc.);
- **Disciplinar o trâmite processual interno**, especialmente em 2º grau de jurisdição;
- **Fixar as atribuições dos membros do Tribunal**, inclusive da Presidência, Vice-Presidências, Corregedoria e demais cargos de direção;
- **Normatizar as sessões de julgamento, os atos administrativos e as deliberações regimentais**;
- **Regulamentar matérias complementares à Constituição e à legislação federal**, no que tange ao funcionamento interno do Tribunal.

Aviso importante:

O **Regimento Interno do TJPR** é um documento **extenso e de redação altamente técnica**, contendo **mais de 400 artigos** organizados em diversos títulos, capítulos e seções. Sua linguagem é, em geral, **formal, densa e voltada à prática institucional interna do Poder Judiciário**.

Por esse motivo, esta aula tem como **objetivo central resumir os principais dispositivos** do regimento, oferecendo uma **visão geral esquematizada, clara e acessível**, sem prejuízo do rigor conceitual e jurídico. A proposta é **facilitar a compreensão do conteúdo** por meio de explicações didáticas, esquemas visuais e organização lógica, sempre respeitando a estrutura e os fundamentos legais do documento original.



LIVRO I - TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS (ARTS. 1º A 23)

Finalidade e Estrutura do Regimento

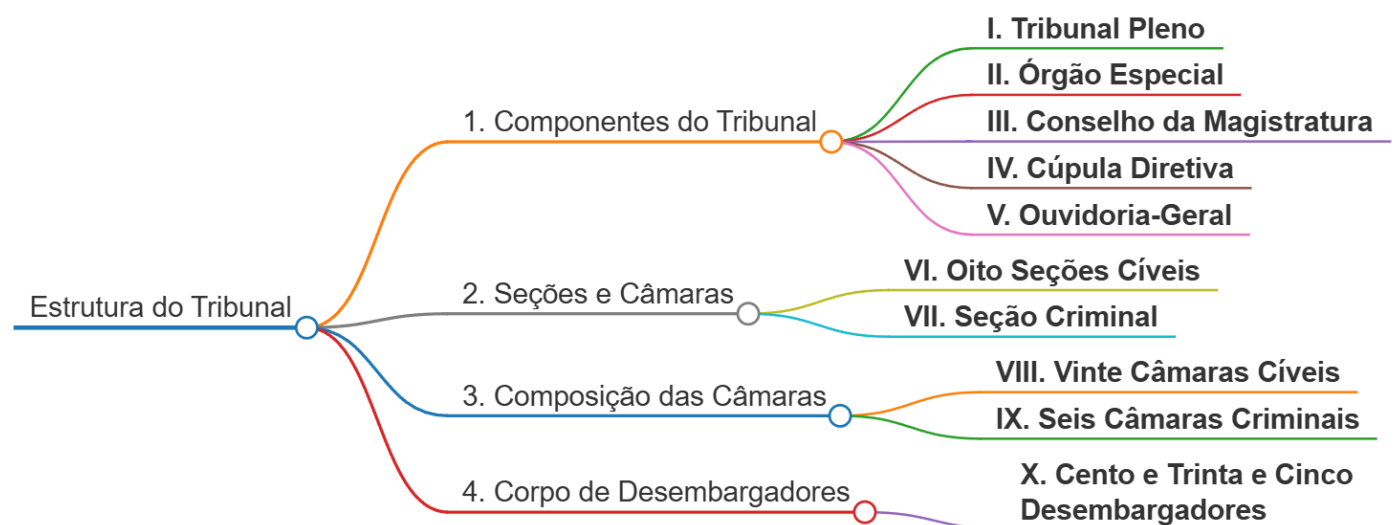
O Regimento Interno do TJPR é o instrumento normativo que regula o funcionamento do Tribunal, estabelecendo a competência de seus órgãos, os procedimentos para instrução e julgamento das ações originárias e recursos, bem como a disciplina de seus serviços. Ele é dividido em livros, títulos, capítulos e seções, organizando de forma sistemática as normas que regem a atuação do Tribunal.

Tratamento e Cerimonial

O Regimento estabelece que o Tribunal deve ser tratado como "**Egrégio**", seus membros recebem o título de "Desembargador" e o tratamento de "Excelência". Durante as sessões públicas, é obrigatório o uso de vestes talares, conforme especificado no Anexo I do Regimento.

Organização do Tribunal

O Tribunal é composto por órgãos administrativos e jurisdicionais, incluindo o Pleno, o Órgão Especial, as Câmaras e as Seções. Cada um desses órgãos possui competências específicas, sendo responsáveis por diferentes aspectos da administração da justiça e da gestão interna do Tribunal.



Competência dos Órgãos

- **Pleno:** É o órgão máximo do Tribunal, responsável por deliberar sobre questões administrativas e jurisdicionais de maior relevância.
- **Órgão Especial:** Atua em substituição ao Pleno em determinadas situações, com competências definidas pelo Regimento.
- **Câmaras e Seções:** São responsáveis pelo julgamento de processos nas áreas cível, criminal e outras especializadas, conforme a organização interna do Tribunal.

Atribuições da Presidência

A Presidência desempenha um papel central na estrutura de governança da Corte. Suas atribuições abrangem tanto aspectos administrativos quanto jurisdicionais, evidenciando a natureza mista da função. Compete ao Presidente representar institucionalmente o TJPR perante os demais poderes da República, órgãos públicos e entidades da sociedade civil, exercendo a função simbólica e política de chefe do Judiciário estadual.

No plano administrativo, cabe à Presidência zelar pela boa gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais do Tribunal, coordenando atividades de planejamento, orçamento, controle interno e auditoria. O Presidente supervisiona os serviços da Secretaria do Tribunal, dirige os trabalhos da Justiça de Primeiro Grau em articulação com a Corregedoria-Geral, e decide questões urgentes nos períodos de recesso.

Na seara jurisdicional, exerce atribuições como relatar determinadas classes de feitos, presidir sessões do Órgão Especial e do Pleno, bem como decidir medidas de caráter excepcional ou de urgência quando não for possível a convocação do colegiado competente. A atuação presidencial, portanto, é marcada pela articulação entre a autoridade administrativa e o compromisso com a efetividade da prestação jurisdicional.

Sessões e Julgamentos

O Regimento Interno disciplina com minúcia o funcionamento das sessões de julgamento, assegurando regularidade, publicidade e respeito ao contraditório. As sessões são momentos solenes em que os colegiados do Tribunal (Pleno, Órgão Especial, Câmaras e Seções) deliberam sobre matérias processuais e administrativas.

Há previsão quanto à **constituição de quórum mínimo** para deliberação válida, à **ordem de julgamento** dos processos (prioridade, preferência legal, sustentação oral), bem como à forma de **votação e proclamação dos resultados**. As sessões podem ser **públicas**, quando acessíveis à sociedade, ou **reservadas**, nos casos em que a matéria envolver sigilo legal ou interesse institucional sensível.

O Regimento ainda detalha aspectos procedimentais como a possibilidade de **pedido de vista**, o papel do relator, do revisor (quando houver), e os efeitos do voto divergente. Essa normatização tem por objetivo assegurar a **coerência, previsibilidade e transparência** das decisões colegiadas do Tribunal.

Segue uma tabela que resume, de forma organizada, os principais aspectos sobre **quórum no Regimento Interno do TJPR**, conforme a estrutura padrão de funcionamento de tribunais estaduais:

Órgão Colegiado	Tipo de Quórum	Finalidade da Deliberação	Exigência Regimental Típica
Pleno	Quórum de instalação	Realização de sessões ordinárias ou extraordinárias	Maioria absoluta dos desembargadores
	Quórum de deliberação	Julgamento de matérias jurisdicionais e administrativas	Maioria simples dos presentes
	Quórum qualificado	Declaração de inconstitucionalidade de norma	Voto de 2/3 dos membros



	Quórum qualificado	Eleição de membros da administração do Tribunal	Voto secreto da maioria absoluta dos membros
Órgão Especial	Quórum de funcionamento	Sessões de julgamento e administrativas	Maioria absoluta de seus membros
	Quórum de deliberação	Julgamentos ordinários	Maioria simples dos presentes
Seções e Câmaras	Quórum de funcionamento	Sessões de julgamento	Presença de pelo menos 2/3 dos membros da turma
	Quórum de deliberação	Julgamento de recursos, ações originárias, embargos, etc.	Maioria simples dos votos
Turmas Recursais (se houver)	Quórum de julgamento	Decisão de recursos oriundos dos Juizados Especiais	Conforme legislação específica e regimento interno
Sessões Reservadas	Quórum específico	Julgamento de matérias sigilosas ou disciplinares	Pode variar conforme previsão específica

Observações:

- *Maioria absoluta* = metade mais um do total de membros do órgão.
- *Maioria simples* = maioria dos votos dos presentes à sessão, desde que respeitado o quórum mínimo de instalação.
- *Quórum qualificado* = exigência superior à maioria absoluta, geralmente de dois terços ou três quintos.

Procedimentos Internos

A gestão processual é regulada de forma precisa, buscando garantir celeridade e eficiência. O Regimento Interno do TJPR especifica os trâmites que regem os processos em segunda instância, desde o **protocolo e distribuição** até a **inclusão em pauta, relatoria, julgamento e publicação dos acórdãos**.

Além disso, há previsões específicas sobre **tipos recursais** cabíveis no âmbito interno (como embargos de declaração e agravos regimentais), incidentes de uniformização de jurisprudência, arguições de inconstitucionalidade, entre outros. Os procedimentos obedecem a prazos regimentais próprios, devendo observar os princípios da ampla defesa e do devido processo legal.

Importa ressaltar que o Regimento também regulamenta **as competências do relator**, a tramitação eletrônica, as formas de intimação e os critérios de redistribuição de processos, criando um conjunto normativo interno voltado à **organização racional da atividade jurisdicional**.

Normas Disciplinares

O Regimento dedica dispositivos ao tratamento de **infrações funcionais**, tanto de magistrados quanto de servidores do Tribunal, incorporando o dever institucional de garantir **ética, responsabilidade e probidade no serviço público**. Essas normas são complementares àquelas previstas na **Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN)** e no **Estatuto dos Servidores Públicos**.

A norma regimental prevê **procedimentos formais para apuração de condutas irregulares**, desde a **instauração da sindicância ou processo administrativo disciplinar**, passando pelo **direito à ampla**



defesa, até a **decisão final** e eventual **aplicação de penalidade**, que pode variar desde advertência até demissão ou aposentadoria compulsória, conforme o caso.

Também estão previstas instâncias recursais internas e critérios para tramitação sigilosa, quando necessário, de modo a preservar a imagem institucional até o julgamento definitivo. O regramento disciplinar contribui para a preservação da **credibilidade da Justiça** e o fortalecimento do princípio da moralidade administrativa.

LIVRO I - TÍTULO II - DAS ELEIÇÕES, DA POSSE E DA VACÂNCIA (Arts. 24 a 32)

A lógica geral das eleições no Tribunal

Em primeiro lugar, é importante compreender que o Tribunal de Justiça do Paraná possui uma complexa estrutura interna de governança, que vai além da figura do Presidente. A eleição interna contempla não só a cúpula diretiva — composta pelo Presidente, Vice-Presidentes e Corregedores — como também os representantes que integrarão órgãos estratégicos, como o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura e, eventualmente, o TRE-PR.

A eleição ocorre sempre no mês de novembro do ano anterior ao término dos mandatos em curso. E há um detalhe interessante: tudo se dá em ambiente virtual, dentro de uma janela previamente definida.

Como se organiza o processo de candidatura

Do ponto de vista formal, qualquer desembargador interessado em concorrer a um dos cargos deverá manifestar sua intenção **com antecedência mínima de 30 dias** em relação à data da eleição. Essa manifestação precisa vir acompanhada de uma **certidão de regularidade funcional** — isto é, um documento que comprove que o candidato está com seus deveres judicantes em dia.

A lógica aqui é bem clara: a função diretiva exige não só prestígio entre os pares, mas também responsabilidade e organização. É um pouco como numa eleição de condomínio — espera-se que quem queira comandar o prédio, ao menos esteja com os boletos pagos.

Além disso, qualquer outro desembargador pode impugnar a candidatura no prazo de 48 horas. É um mecanismo importante de controle interno e um indicativo de que as eleições no TJPR não são meramente protocolares.

Dinâmica da votação e apuração

A votação ocorre por meio de sistema eletrônico seguro, com acesso individualizado (login e senha). O voto é secreto, o que preserva a liberdade do eleitor e evita pressões ou constrangimentos.

A regra principal é a seguinte: **vence aquele que obtiver maioria absoluta** dos votos no primeiro escrutínio. Se ninguém atingir esse patamar, há um segundo turno (ou segundo escrutínio), entre os dois mais votados. Em caso de empate, prevalece a **antiguidade no cargo de desembargador** e, se o



empate persistir, a **maior idade** — critério que, diga-se de passagem, não é incomum em ambientes institucionais e que busca evitar decisões arbitrárias.

Já para os cargos que contam com mais de uma vaga, como as doze do Órgão Especial, o eleitor pode votar em vários nomes, dentro de certos limites — dez da magistratura, um do Ministério Público e um da advocacia. O resultado final respeita a ordem decrescente de votação e a proporcionalidade prevista.

Suplência e vacância: quem entra quando alguém sai

Outro ponto importante do regimento é o tratamento dado às situações de **vacância** (isto é, quando o titular de um cargo deixa a função antes do fim do mandato). Se a vacância ocorrer **faltando menos de seis meses** para o encerramento do período regular, o sucessor natural assume (por exemplo, o 1º Vice assume a Presidência).

Se faltar mais tempo, o caminho é a realização de nova eleição, com regras similares às que explicamos. Para o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura, entra em cena o **suplente**, respeitando a ordem de votação anterior. E se não houver suplente, aplica-se a ordem de antiguidade.

É curioso notar que há um cuidado com o rodízio entre os membros. O parágrafo único do art. 26, por exemplo, limita reconduções sucessivas ao mesmo cargo, buscando evitar que os mesmos nomes se perpetuem indefinidamente nas funções mais influentes do Tribunal.

Posse, prazos e compromissos

A posse dos eleitos ocorre sempre no **primeiro dia útil de fevereiro**, com uma cerimônia formal em sessão especial do Tribunal Pleno. O compromisso assumido é solene — e não poderia ser diferente: trata-se de funções que exigem, além de conhecimento técnico, **postura, equilíbrio e espírito institucional**.

Se o eleito não tomar posse em até 10 dias, sem justificativa plausível, o cargo é considerado vago, e nova eleição é convocada. Há, ainda, uma regra prática: os membros da cúpula diretiva se afastam das funções judicantes 60 dias antes da posse. Isso permite uma transição mais organizada, tanto para o gabinete quanto para a administração.

Particularidades quanto ao TRE-PR

As regras das eleições internas também se aplicam, com as devidas adaptações, às eleições dos membros do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Isso inclui tanto desembargadores quanto juízes de direito. Nesse caso, a eleição é feita **vaga por vaga**, com critérios muito semelhantes aos usados para os demais cargos — maioria absoluta no primeiro turno, segundo escrutínio se necessário, critérios de desempate idênticos.

LIVRO I - TÍTULO III - DOS DESEMBARGADORES

CAPÍTULO I – DO COMPROMISSO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO



Art. 33

A posse de um novo desembargador ocorre em sessão especial do Tribunal Pleno. Isso tem um valor simbólico importante: trata-se de uma cerimônia que marca a entrada formal de um magistrado no mais alto grau da Justiça estadual. Claro, o próprio desembargador pode dispensar essa formalidade se quiser, mas a prática é manter o rito, até por respeito à instituição.

Durante a cerimônia, tanto o presidente quanto o novo desembargador podem fazer um discurso — com limite de 10 minutos.

Art. 34

O prazo para a posse é de 30 dias, contados da publicação do ato de nomeação. Mas é possível pedir prorrogação — e o texto é razoável: basta apresentar um motivo justo. Em caso de doença, o prazo pode se estender ainda mais.

A norma, aqui, mostra certa sensibilidade institucional, sem perder a objetividade.

Art. 35

Se o nomeado estiver em férias ou licença, o prazo para a posse começa a contar a partir do fim dessas situações.

Art. 36

Uma vez nomeado e compromissado, o desembargador assume assento em uma das câmaras, conforme disponibilidade. Quando há mais de um empossado no mesmo dia — o que não é raro, considerando promoções ou provimentos por aposentadoria — a escolha da vaga segue a regra da antiguidade, medida a partir da entrância final. Mas há uma particularidade importante: se um dos empossados vier pelo quinto constitucional (ou seja, do Ministério Público ou da advocacia), ele escolhe apenas depois dos juízes de carreira.

O §3º é curioso: o novo desembargador começa seu ofício recebendo logo os **cem processos mais antigos** daquela câmara. Ou seja, ele já entra com trabalho acumulado. Isso mostra o nível de sobrecarga que a magistratura em segundo grau enfrenta. Se houver excesso, juízes substitutos podem ser designados para ajudar.

CAPÍTULO II – DA REMOÇÃO

Art. 37

Quando surge uma vaga em uma câmara, todos os desembargadores são informados eletronicamente. Se alguém quiser se remover para o novo posto, deve se manifestar em até 48 horas. A vaga será ocupada pelo mais antigo entre os que se candidatarem. A ideia aqui é garantir transparência e respeitar o critério objetivo da antiguidade, que ainda é muito valorizado no meio jurídico — até como forma de evitar disputas personalistas.



Art. 38

Mesmo após se remover de uma câmara, o desembargador continua responsável por processos que já estavam sob sua relatoria. Isso garante continuidade processual. Mas há uma exceção: nos processos de competência originária (como ações diretas de inconstitucionalidade ou mandados de segurança contra atos de outros tribunais), essa vinculação só se mantém se já tiverem ultrapassado certos prazos.

O parágrafo único complementa com um critério prático: se o processo já tiver pauta marcada ou estiver há mais de 30 dias com o magistrado, ele continua responsável. A ideia é evitar recomeços desnecessários, que atrasariam ainda mais o julgamento.

CAPÍTULO III – DA ANTIGUIDADE

Art. 39 e 40

A antiguidade do desembargador começa a contar a partir da posse. Em caso de empate, vale a data da promoção à última entrância como juiz. Essa antiguidade tem várias implicações: serve de critério para escolha de vagas, composições de órgãos e desempates em votações.

CAPÍTULO IV – DAS SUSPEIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 41

Desembargadores estão sujeitos às mesmas regras de impedimento e suspeição previstas para todos os magistrados. O ponto aqui é que, se não se declararem impedidos ou suspeitos voluntariamente, qualquer parte pode apresentar a respectiva exceção — ou seja, questionar a imparcialidade do julgador.

O parágrafo único trata de um ponto técnico importante: mesmo se um magistrado se declarar impedido ou suspeito no meio de um julgamento, a substituição só será obrigatória se isso afetar o quórum. Isso evita paralisar sessões desnecessariamente — algo relevante em colegiados grandes como o Órgão Especial.

Art. 42

Aqui aparece uma regra de ordem prática e ética: **desembargadores que são parentes ou companheiros** não podem atuar no mesmo processo, nem mesmo integrar a mesma câmara ou seção. É uma tentativa de blindar o órgão contra eventuais conflitos de interesse — e essa vedação se estende até o terceiro grau de parentesco.

Art. 43

Caso exista impedimento entre membros de uma sessão contenciosa, prevalece o voto do primeiro a se manifestar, excluindo-se os demais parentes da votação. Trata-se de uma medida de preservação da neutralidade do julgamento.



Art. 44

A exceção de impedimento ou suspeição deve ser feita por petição fundamentada e assinada por procurador com poderes específicos, especialmente nos casos penais.

Art. 45

Por fim, há uma regra que delimita o alcance do impedimento: o fato de um desembargador ter participado de um julgamento no Conselho da Magistratura ou de um ato administrativo não o impede de atuar em um eventual recurso ou mandado de segurança. A exceção é quando o próprio desembargador for a autoridade apontada como coatora — aí, sim, há impedimento evidente.

LIVRO I - TÍTULO IV - DAS LICENÇAS, DAS FÉRIAS, DO AFASTAMENTO, DAS SUBSTITUIÇÕES, DAS CONVOCAÇÕES E DO REGIME DE COLABORAÇÃO

CAPÍTULO I – Das Licenças

Art. 46 a 48

O TJPR garante aos desembargadores e juízes substitutos de 2º grau quatro tipos de licença: por doença própria, por doença em familiar, por maternidade e por paternidade. São os clássicos afastamentos remunerados que também se aplicam a diversas carreiras públicas.

A formalização do pedido deve vir com a indicação de datas, e o início do afastamento se conta do momento em que efetivamente começou o uso da licença. É possível também retornar antes do prazo, se for o desejo do magistrado e não houver contraindicação médica.

Uma curiosidade: mesmo licenciados, os magistrados podem ainda atuar em processos que estavam com eles antes da licença, desde que em condições específicas, como quando já haviam recebido o processo para julgar ou feito pedido de vista. Isso evita a necessidade de redistribuição e garante continuidade a julgamentos que, muitas vezes, já estavam avançados.

CAPÍTULO II – Das Férias

Art. 49 e 50

As férias dos desembargadores são de 60 dias por ano, divididos em dois períodos de 30. Essa previsão não é “regalia”, mas sim uma política institucional pensada para funções de alta exigência intelectual e emocional. E há um rodízio organizado: o mais antigo na câmara escolhe primeiro o período de férias, mas no ano seguinte vai para o fim da fila — um sistema que promove alternância e equidade.

Interessante notar que há previsão de tratamento especial para quem tem filhos em idade escolar, uma medida de sensibilidade institucional. Também se garante a continuidade de julgamentos: mesmo em



férias, o magistrado pode finalizar processos já sob sua responsabilidade. Mas não pode atuar como vogal fora das hipóteses previamente autorizadas.

Sobre a fruição, há uma regra rígida: os períodos não podem ser menores que 30 dias e, se for necessário acumular por motivo de serviço, isso só pode ocorrer até o limite de dois meses. A administração tenta evitar ausências simultâneas que prejudiquem o quórum, e qualquer alteração nas férias só pode ser feita por motivo justificado e com ato formal.

Ah, e claro — é possível converter um terço das férias em abono pecuniário, incluindo o famoso “terço constitucional”. Mas, para isso, o pedido precisa ser feito com pelo menos 30 dias de antecedência.

CAPÍTULO III – Do Afastamento

Art. 51

Afastamentos são diferentes de licenças. Eles não decorrem de doença ou férias, mas de fatos pontuais e normalmente de interesse institucional ou pessoal. O Regimento prevê, por exemplo, o afastamento por casamento ou luto (até 8 dias), atuação na Justiça Eleitoral, presidência de associação de classe, trabalho em comissão de concurso, entre outros.

Chama atenção o inciso VII: quem tiver exercido por cinco anos consecutivos a função de membro nato do Órgão Especial pode se afastar por até um ano dessas atribuições — algo como um “descanso institucional” após longa atuação em um dos órgãos mais exigentes do Tribunal.

CAPÍTULO IV – Das Substituições

Art. 52 a 55

A lógica aqui é clara: garantir a continuidade das funções, mesmo quando titulares se ausentam. A substituição segue critérios de antiguidade ou de deliberação dos próprios membros da câmara ou seção. Isso vale tanto para cargos da cúpula quanto para relatoria e revisão de processos.

Quando o relator, por exemplo, se aposenta, é substituído pelo desembargador nomeado em seu lugar. Mas, se ele já tiver votado, quem lavra o acórdão é o primeiro voto vencedor — uma solução prática e eficiente.

Um detalhe técnico relevante aparece no art. 55: em afastamentos longos (mais de 60 dias), o Órgão Especial pode deliberar pelo redirecionamento dos processos em vista, para evitar paralisação do julgamento.

CAPÍTULO V – Das Convocações

Art. 56 e 57

Para manter o quórum, o Tribunal pode convocar outros desembargadores ou juízes substitutos. A ordem respeita a suplência ou a antiguidade, e no caso do Órgão Especial, ainda se preserva a proporcionalidade entre as classes (magistratura, MP, advocacia).



Interessante observar que há uma possibilidade de recusa, mas só uma vez. Se ninguém aceitar, o mais antigo é automaticamente convocado — o que ajuda a evitar impasses. Essa regra busca equilíbrio entre voluntariedade e responsabilidade institucional.

Nas câmaras e seções, quando não há número suficiente para julgar, convoca-se um substituto — preferencialmente com a mesma especialização — e isso deve constar em ata para garantir transparência.

CAPÍTULO VI – Disposições Gerais

Art. 58 e 59

Aqui temos regras operacionais importantes. Mesmo em férias ou licença, o magistrado não pode simplesmente devolver processos em andamento. Só em caso de urgência é que esses feitos podem ser redirecionados ao substituto.

Também se fixam regras detalhadas sobre como os processos devem ser encaminhados durante convocações, garantindo que haja compensação de carga de trabalho e preservando a ordem cronológica de tramitação. A ideia é evitar que juízes substitutos fiquem sobrecarregados ou que haja desvio de distribuição para fins de “desafogar” alguns gabinetes.

CAPÍTULO VII – Juízes Substitutos em Regime de Convocação e Colaboração

Art. 60 a 62

Esse capítulo mostra como o TJPR estruturou o trabalho dos juízes substitutos de segundo grau. Cada câmara conta com dois magistrados fixos em regime de convocação e colaboração — ou seja, atuam junto aos desembargadores, auxiliando nas decisões, mas também assumem processos.

Eles só são designados após aprovação dos membros da câmara, o que mostra uma gestão participativa. Quando não estão convocados, entram no regime de colaboração e recebem um percentual da carga de processos dos desembargadores — atualmente 6%. A distribuição dos processos segue critérios objetivos, o que evita favorecimentos.

Há também previsão de atuação dos substitutos em casos excepcionais — como plantões ou ausência de acervos acumulados — e compensações quando atuam além do volume usual. A estrutura administrativa precisa garantir a esses juízes ao menos três assessores, o que mostra que o apoio material é levado em conta na organização do trabalho.

LIVRO I - TÍTULO V - DAS SESSÕES E DAS AUDIÊNCIAS

CAPÍTULO I – Das Sessões Presenciais



Art. 63 e 64

As sessões presenciais no TJPR se dividem em três tipos: **ordinárias**, **extraordinárias** e **especiais**. Em geral, elas acontecem nas dependências físicas do Tribunal, mas podem, com autorização da Presidência, ser realizadas por videoconferência — o que é sintomático dos novos tempos e da virtualização da Justiça.

As sessões ordinárias têm início às 13h30, com tolerância de 15 minutos. O encerramento se dá às 19h, podendo ser prorrogado se necessário. Aliás, é comum que, diante de pautas extensas, haja prolongamentos — e o próprio regimento prevê uma pausa às 15h30, o que, convenhamos, é quase uma pausa para o “cafezinho forense”.

Importante: durante as sessões, o expediente dos gabinetes se prolonga automaticamente.

Art. 65

As sessões extraordinárias, por sua vez, podem ser convocadas para resolver acúmulos, por necessidade de magistrados que se ausentarão ou em situações urgentes. O prazo mínimo de convocação é de 24 horas — salvo para pautas extraordinárias das Câmaras Cíveis, onde o prazo sobe para 5 dias.

Art. 66 a 70

As sessões especiais são voltadas para momentos solenes: posses, homenagens e comemorações. Quando se trata de homenagens póstumas ou a personalidades do Direito, exige-se aprovação por 2/3 dos membros.

De modo geral, todas as sessões são públicas, salvo exceções legais ou quando se busca proteger a intimidade dos envolvidos. Um ponto curioso é a regulamentação da vestimenta: magistrados usam vestes talares, secretários e auxiliares têm roupas específicas, mas o público não precisa seguir nenhum código formal — embora a Presidência possa pedir, com discrição, que alguém mal vestido se retire.

As sessões contam com ata circunstanciada, elaborada pelo secretário, que inclui desde nomes e resultados até observações relevantes feitas em plenário. E, como exige a transparência dos tempos atuais, todas as salas contam com gravação de áudio e vídeo, sendo possível a transmissão na internet, conforme regulamentação própria.

Há também espaço para a imprensa: entre a leitura da ata e o início dos julgamentos, pode-se registrar imagens.

CAPÍTULO II – Das Sessões Virtuais

Art. 73 a 77

As sessões virtuais são uma inovação que se consolidou com a digitalização processual. Elas podem ocorrer em todos os órgãos do TJPR e se destinam ao julgamento eletrônico de processos. A pauta é organizada pelo relator e publicada no Diário da Justiça Eletrônico. As partes são intimadas pelo sistema.



Contudo, **nem todo processo pode ser julgado virtualmente**. São excluídos aqueles que tiverem:

- Pedido de sustentação oral;
- Pedido para acompanhamento presencial;
- Indicação do relator ou de algum votante para sessão física.

As sessões virtuais duram 5 dias úteis, geralmente de segunda a sexta. Nesse período, os demais membros têm acesso ao voto do relator e podem se manifestar. Se não o fizerem, considera-se que **aderiram integralmente** ao voto apresentado — o que acelera o processo, mas também impõe responsabilidade a quem se abstém.

Quando há divergência, duas opções surgem: ou se amplia o quórum em nova sessão virtual ou se proclama o resultado por maioria. Os pedidos de vista podem ser devolvidos ao ambiente virtual, salvo decisão em contrário. Ao fim da sessão, o acórdão é disponibilizado normalmente.

Essa modalidade tem ganhado espaço, especialmente para processos menos complexos, e representa uma tentativa do Judiciário de equilibrar eficiência com segurança jurídica.

CAPÍTULO III – Da Presidência das Sessões

Art. 78 e 79

A presidência das sessões segue um padrão: o Presidente do Tribunal comanda as sessões do Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura. Já nas câmaras e seções, o mais antigo do colegiado exerce a presidência por um ano, em rodízio. A regra reforça a ideia de colegialidade e descentralização da autoridade.

O presidente da sessão tem um papel fundamental: dirige os trabalhos, controla o uso da palavra, organiza a pauta, convoca sessões e substitutos, e ainda lida com pedidos de preferência. Também deve manter contato com o Ministério Público e cuidar das comunicações relativas a inelegibilidade e improbidade, colaborando com o CNJ.

CAPÍTULO IV – Do Erro de Ata

Art. 80 a 83

Como em qualquer registro formal, podem ocorrer erros de redação ou omissão em atas de sessão. O Regimento permite a correção de ofício ou por requerimento do interessado — mas atenção: não se trata de reabrir julgamento ou mudar resultado, apenas de corrigir a forma.

O prazo é de 48 horas após a aprovação da ata, e a petição segue diretamente ao presidente. Se o erro for reconhecido, a ata é retificada e republicada. O despacho, nesse caso, é irrecorrível — o que evita a judicialização de questões meramente administrativas.

CAPÍTULO V – Das Audiências



Art. 84 a 88

As audiências no TJPR têm regras próprias, mas compartilham o espírito das sessões: devem ser públicas, realizadas em horário comercial e com registro formal. O local, data e horário são definidos pelo desembargador responsável, e as partes são devidamente intimadas.

Há um ponto bastante atual no art. 86: as audiências públicas previstas pelo CPC para **formação de precedentes obrigatórios**. Nesses casos, o relator organiza um calendário, divulga amplamente a pauta e convoca entidades, especialistas e partes interessadas. É uma forma de garantir participação democrática no processo interpretativo do Direito — e algo que, embora ainda pouco explorado, pode ser muito potente em temas complexos, como saúde pública ou questões ambientais.

Essas audiências podem ocorrer fora do prédio do Tribunal, para facilitar o acesso da população. E tudo é registrado em vídeo e ata, formando material oficial para subsidiar o julgamento.

As audiências são abertas e encerradas com o tradicional toque de sineta — um resquício cerimonial que ainda sobrevive, mesmo na era digital — e tudo que ocorre nelas é registrado em termo assinado pelo magistrado e pelas partes.

LIVRO II - TÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JUDICANTES

Capítulo I – Do Tribunal Pleno

Art. 89 – Composição e funcionamento

O Tribunal Pleno é o órgão máximo do Tribunal de Justiça do Paraná. É nele que se tomam as decisões mais relevantes, tanto do ponto de vista institucional quanto organizacional. Como o próprio nome já sugere, é composto pela totalidade dos Desembargadores do TJPR — o “plenário” da magistratura paranaense, por assim dizer.

Mas atenção: embora reúna todos os membros do Tribunal, ele só pode deliberar se estiver com um quórum mínimo, e esse quórum varia conforme o assunto em pauta. Se a pauta for a recusa de promoção de magistrado por antiguidade — o que não é comum, mas pode acontecer quando há fundadas dúvidas quanto à capacidade de um juiz —, exige-se a presença de dois terços dos membros. Já para as demais matérias, a exigência é de, no mínimo, sessenta e oito Desembargadores. Um número expressivo, que confere legitimidade às decisões tomadas nesse foro.

Curiosamente, há uma exceção que vale ser destacada: nas chamadas sessões especiais, o Tribunal Pleno pode se reunir sem esse quórum rigoroso. Isso serve, por exemplo, para ocasiões solenes, como homenagens ou cerimônias formais.



Art. 90 – Competências privativas

Esse artigo lista uma série de atribuições exclusivas do Tribunal Pleno, ou seja, funções que não podem ser delegadas a outros órgãos do TJPR. E vale mencionar que, mesmo sendo um colegiado tradicionalmente presencial, muitas dessas deliberações acontecem hoje em sessões virtuais — um reflexo da digitalização do Judiciário, que, justiça seja feita, avançou bastante nos últimos anos.

Entre essas atribuições, talvez a mais simbólica seja a **eleição dos cargos da cúpula**: Presidente, Vice-Presidentes, Corregedores e Ouvidores, além da metade eleita do Órgão Especial e de parte dos membros do Conselho da Magistratura. É um momento em que o Tribunal reafirma sua autonomia e renova sua direção.

Outra função de peso é a **elaboração da lista para provimento de vagas de Desembargador**, que segue critérios como antiguidade e merecimento — temas sempre sensíveis dentro da magistratura.

Além disso, o Pleno também tem um papel político e simbólico: pode prestar homenagens a Desembargadores que se aposentam, por exemplo, e é o único órgão autorizado a **aprovar e emendar o próprio Regimento Interno**, o que demonstra o grau de institucionalidade que lhe é conferido.

Capítulo II – Do Órgão Especial

Art. 91 – Composição e funcionamento

O Órgão Especial pode ser entendido, com alguma liberdade, como um “Pleno reduzido”. Isso porque ele exerce várias competências do Tribunal Pleno, mas com um número menor de Desembargadores — o que torna os julgamentos mais ágeis, sem perder o caráter colegiado e representativo.

A composição é bem definida: inclui a cúpula diretiva (Presidente, 1º Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça) e mais **vinte e dois Desembargadores**, formando um total de **vinte e cinco** membros.

As sessões seguem um calendário fixo: nas **primeiras e terceiras segundas-feiras do mês**, julgam-se questões contenciosas, ou seja, ligadas a processos e litígios. Já nas **segundas e quartas segundas-feiras**, cuidam de assuntos administrativos — o que envolve tudo, desde movimentações internas até questões orçamentárias.

O quórum mínimo para que o Órgão funcione é de **treze Desembargadores**, mas, em temas mais sensíveis — como recusa de promoção por antiguidade ou ações de controle de constitucionalidade —, exige-se um mínimo de **dezessete**.

Art. 92 a 93 – Quinto constitucional e forma de provimento

Aqui aparece uma figura interessante: o chamado **quinto constitucional**. Trata-se de uma regra prevista na Constituição Federal que reserva 1/5 das vagas de tribunais para membros do Ministério Público e advogados — um mecanismo pensado para oxigenar o Judiciário com visões externas.

Dentro do Órgão Especial, a aplicação desse quinto gera um cálculo curioso: dos 25 membros, **cinco vêm do MP e da advocacia**, sendo **três por antiguidade e dois por eleição**. A ocupação das vagas por



uma classe ou outra (advogado ou membro do MP) alterna-se sucessivamente, garantindo equilíbrio na representatividade.

Já entre os demais integrantes, **treze são escolhidos por antiguidade e doze por eleição** feita pelo Pleno. Um detalhe relevante: quem entra por antiguidade não pode recusar o cargo. Essa obrigação reflete o compromisso funcional do Desembargador com os deveres institucionais.

Ah, e há também um aspecto técnico de compensação na distribuição de processos: como os Desembargadores do Órgão Especial julgam muitas matérias, eles recebem menos processos nas câmaras a que pertencem. Para manter o equilíbrio da carga de trabalho, os Juízes Substitutos em Segundo Grau acabam absorvendo essa diferença.

Art. 94 – Atribuições administrativas do Órgão Especial

A lista de atribuições do Órgão Especial é extensa, e aqui entra o lado “administrador do Judiciário” do órgão. Ele aprova o orçamento, lida com pedidos de créditos, acompanha a prestação de contas e até propõe a criação ou extinção de cargos.

Outro aspecto importante: o Órgão Especial é quem **decide sobre processos administrativos contra magistrados**, inclusive podendo instaurar **processos disciplinares**. E, se for o caso, é também quem **decide sobre aposentadoria de juízes** — tema sensível que mexe com a vida funcional de quem dedica décadas à magistratura.

O Órgão também tem papel na nomeação e remoção de magistrados de primeiro grau, na organização interna do Tribunal (como definir a competência das varas) e em questões mais excepcionais, como **decretar regime de exceção em um órgão do TJPR**, algo que, embora raro, é previsto para situações críticas de funcionamento.

Art. 95 – Atribuições jurisdicionais

Na esfera jurisdicional, o Órgão Especial atua como instância originária para **ações contra autoridades relevantes**, como o Governador do Estado, Presidentes da Assembleia Legislativa, Procurador-Geral de Justiça e o próprio Tribunal de Contas.

Ele também julga **ações penais contra juízes, promotores e deputados estaduais**, além de mandados de segurança e habeas data envolvendo essas figuras públicas.

Além disso, o Órgão é responsável por **ações de controle de constitucionalidade**, ou seja, julga ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e declaratórias de constitucionalidade (ADC) com base na Constituição Estadual — função de altíssima relevância política e jurídica.

Em termos recursais, cabe a ele analisar embargos, agravos e até ações rescisórias, o que significa que ele revisa suas próprias decisões ou aquelas tomadas por outros órgãos do TJPR, quando houver matéria constitucional ou relevante a ser revista.

Capítulo III – Do Conselho da Magistratura



Art. 96 – Composição e sessões

O Conselho da Magistratura é um órgão de composição mais enxuta, mas nem por isso de menor importância. Além de contar com os **três membros natos** — Presidente do TJ, 1º Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça —, ele é completado por **quatro Desembargadores eleitos**, totalizando sete membros.

As sessões presenciais ordinárias costumam acontecer às **sextas-feiras que antecedem as sessões administrativas do Órgão Especial**. Esse detalhe revela algo curioso: o Conselho atua como um anteparo, uma instância preparatória, cujas decisões muitas vezes alimentam as pautas do Órgão Especial.

O quórum mínimo para suas reuniões é de **quatro Desembargadores**, número que permite a fluidez dos trabalhos sem comprometer a colegialidade. Já o Desembargador que concluir o mandato permanece vinculado a processos pendentes há mais de 30 dias — uma regra que evita o abandono de causas por mudança de função.

Art. 97 – Reuniões públicas e deliberações

Em regra, as sessões do Conselho são **públicas**, o que é coerente com os princípios da transparência e da publicidade. No entanto, há exceções importantes: casos que envolvem sigilo, interesse público relevante ou restrições legais podem ter a presença limitada às partes e seus advogados.

As decisões são tomadas por maioria de votos — incluindo o do Presidente, que, diferentemente do voto de qualidade previsto em outros órgãos, aqui vota normalmente. E quando o caso exige sigilo, a publicação das decisões é feita com **nomes abreviados por iniciais**, um recurso que tenta equilibrar transparência e proteção da identidade das partes.

Art. 98 – Competências do Conselho

Agora chegamos ao coração do Conselho: suas atribuições.

O Conselho da Magistratura é, essencialmente, **um órgão de regulação, fiscalização e disciplina**. Ele lida com aspectos administrativos internos e exerce certo “controle de qualidade” da atividade forense, tanto judicial quanto extrajudicial.

Algumas funções merecem destaque:

- **Orçamento:** o Conselho elabora propostas orçamentárias e acompanha sua execução. Na prática, é um papel de gestor financeiro.
- **Prestação de contas:** analisa e aprova os gastos com fundos específicos, como o **FUNREJUS** e o **FUNJUS**.
- **Regulamentação de concursos:** aprova os regulamentos dos concursos para juízes e servidores, atuando como guardião da lisura dos certames.
- **Disciplina de juízes de 1º grau:** o Conselho fiscaliza condutas, pode instaurar sindicâncias e exigir padrões mínimos de atuação, como o cumprimento de prazos, atendimento adequado às partes e a urbanidade no trato com servidores. Um juiz que se ausenta da comarca sem autorização, por exemplo, pode ser chamado a se explicar.



Esse ponto é interessante. Às vezes, há uma ideia romantizada da figura do magistrado como alguém “acima das regras”, mas o Conselho da Magistratura serve justamente para mostrar que isso não se sustenta na prática. A estrutura do TJPR inclui instrumentos formais de controle interno, inclusive com previsão de **correições e sanções**.

O Conselho também se pronuncia sobre:

- **Invalidez e aposentadoria** de servidores e delegatários;
- **Permutas e remoções** de pessoal;
- **Designações e afastamentos**, inclusive em caso de exceção disciplinar;
- **Homologação de concursos** e recursos administrativos contra decisões de comissões organizadoras.

Além disso, ele tem poder de declarar **regime de exceção em comarcas ou varas**, o que significa intervir temporariamente quando os serviços não estão sendo prestados de forma satisfatória.

O Conselho também opina sobre o **vitalicamento de magistrados** — aquele período de avaliação do juiz iniciante — e pode sugerir abertura de processo disciplinar ao Órgão Especial, caso encontre indícios de conduta incompatível com o cargo.

Um ponto curioso é a autorização para que magistrados residam fora da comarca, algo que pode parecer um detalhe burocrático, mas que toca diretamente na qualidade do serviço prestado ao jurisdicionado. A regra é clara: só se autoriza se não houver prejuízo à prestação jurisdicional.

Por fim, o Conselho regula os **afastamentos em geral**, aprova normas gerais da Corregedoria (o chamado Código de Normas) e decide recursos ligados a concursos públicos notariais, inclusive sobre indeferimentos de inscrição ou classificação — o que é relevante para quem pretende atuar no foro extrajudicial.

Art. 99 – Recurso ao Órgão Especial

As decisões do Conselho da Magistratura **não são absolutas**. Cabe recurso ao Órgão Especial, com **efeitos devolutivo e suspensivo**, no prazo de **15 dias**. Isso significa que o recurso não apenas leva a discussão ao colegiado superior, como também **suspende os efeitos da decisão até novo julgamento**.

O procedimento é célere: o Relator tem dois dias para enviar o processo ao Órgão Especial e, uma vez distribuído, ele é colocado em pauta já na sessão seguinte.

Capítulo IV – Das Seções Cíveis

Art. 100 – Estrutura e funcionamento

As Seções Cíveis são formadas por agrupamentos de Câmaras com competências similares. O Tribunal possui **oito Seções Cíveis**, organizadas conforme a especialização dos temas tratados.

Cada Seção é composta por um conjunto de Câmaras Cíveis — por exemplo, a **Primeira Seção Cível** reúne a Primeira, Segunda e Terceira Câmaras. Já a **Oitava Seção Cível**, que foi uma adição mais recente,



inclui a Décima Nona e a Vigésima Câmaras. Essa divisão busca racionalizar os julgamentos e concentrar decisões de natureza semelhante em órgãos especializados.

As sessões acontecem mensalmente, em data específica: **na sexta-feira que antecede a segunda sessão do Órgão Especial em matéria contenciosa.**

Os quóruns variam de acordo com a composição da sessão:

- **Composição Isolada:** exige no mínimo cinco Desembargadores.
- **Composição Qualificada:** varia conforme a Seção — algumas precisam de 9, outras de 13 ou até 17 membros.
- **Composição em Divergência:** ocorre quando há decisão favorável à rescisão de acórdão, exigindo número suficiente de Desembargadores para possibilitar reversão do julgamento — uma salvaguarda que garante cautela nos casos mais polêmicos.

Art. 101 – Competência das Seções Cíveis

As Seções Cíveis lidam com temas sensíveis e de grande complexidade jurídica. Dentre suas atribuições, destacam-se:

- **Julgar ações rescisórias** contra decisões das Câmaras que a integram;
- **Mandados de segurança** contra atos proferidos por essas mesmas Câmaras;
- **Incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDRs) e incidentes de assunção de competência (IACs)** — ferramentas importantes para uniformizar a jurisprudência em um contexto de litigância massiva.

Também julgam recursos internos, embargos de declaração, agravos internos, reclamações, execuções de seus próprios acórdãos e, claro, têm competência para proteger a autoridade de suas decisões.

Aqui vale um comentário: o número crescente de demandas repetitivas — pensemos, por exemplo, em casos envolvendo planos de saúde ou instituições financeiras — tem tornado as Seções Cíveis peças-chave no enfrentamento da chamada **judicialização em massa**.

Art. 102 a 104 – Regras específicas sobre relatoria e presidência

Há regras rígidas para garantir imparcialidade nas ações rescisórias: o Desembargador que participou do julgamento original **não pode relatar nem julgar** a rescisória sobre aquela mesma decisão. Isso evita conflitos de interesse óbvios — seria algo como um "árbitro apitar o próprio jogo", o que definitivamente não soa justo.

Outro ponto interessante: se uma decisão pela rescisão for tomada por maioria, a Seção se converte automaticamente em **Seção em Divergência**, para garantir a possibilidade de reversão. Isso é uma peculiaridade técnica, mas importante, e demonstra um cuidado institucional em **evitar decisões apressadas em temas delicados**.

Quanto ao Presidente da Seção, ele só vota em caso de **desempate** (voto de qualidade), exceto se for o Relator do processo — neste caso, transfere a presidência ao Desembargador mais antigo presente.



E os julgamentos são sempre decididos por **maioria simples**, sem necessidade de quórum qualificado, o que reforça a lógica da colegialidade, mas sem engessar o funcionamento.

Capítulo V – Da Seção Criminal

Art. 106 – Composição e funcionamento

A Seção Criminal funciona mediante convocação de seu Presidente, e sua formação segue uma lógica um pouco distinta da das Seções Cíveis. São escolhidos os **primeiros e segundos Desembargadores que, na ordem de composição das Câmaras Criminais, sucedem aos respectivos Presidentes**. Ou seja, não há eleição nem sorteio aqui: a escolha é feita com base na **antiguidade relativa** e na estrutura das próprias Câmaras.

É permitido que Desembargadores que já estejam no Órgão Especial solicitem **dispensa** da Seção Criminal — o que parece sensato, dado o acúmulo de trabalho que isso pode representar. Quando isso ocorre, há uma substituição automática por outro Desembargador da mesma Câmara, respeitando a ordem de antiguidade. Esse mecanismo evita vacâncias e garante a continuidade do serviço jurisdicional.

O **quórum mínimo** de funcionamento da Seção é de **sete Desembargadores**, incluído o Presidente. Em termos de condução da sessão, o Presidente **só vota para desempatar**, a não ser quando é o Relator ou Revisor — situações em que, por envolver julgamento técnico, ele precisa atuar diretamente.

Esse desenho de funcionamento é bastante técnico, mas não é burocracia vazia. É uma tentativa de balancear **eficiência com legitimidade**, garantindo que decisões penais — muitas vezes relacionadas à liberdade de indivíduos — sejam tomadas com a presença de um número razoável de julgadores.

Art. 107 – Competência da Seção Criminal

A Seção Criminal trata dos **grandes temas penais da segunda instância**, funcionando como uma espécie de câmara revisora ampliada.

Entre suas atribuições mais relevantes, estão:

- Julgar **incidentes de demandas repetitivas ou de assunção de competência**, que podem envolver, por exemplo, discussões sobre **progressão de regime** ou **prisões cautelares** em massa.
- Analisar **mandados de segurança** contra decisões das Câmaras Criminais — o que inclui tanto atos monocráticos quanto colegiados.
- Deliberar sobre **revisões criminais** — o que significa reavaliar, em situações excepcionais, condenações já transitadas em julgado. Essas ações, vale lembrar, são verdadeiros pedidos de “justiça retroativa”, onde o Judiciário admite que errou, ou que novos elementos provam a inocência do réu.
- Julgar **embargos de declaração, agravos internos e reclamações** — todos recursos que se voltam para a própria atuação da Seção, visando esclarecer, corrigir ou preservar sua autoridade.
- E, por fim, apreciar **embargos infringentes e de nulidade** — recursos próprios do processo penal que servem para revisar acórdãos não unânimes, justamente por tratarem de questões potencialmente controversas.



Essa função revisora é fundamental no Direito Penal, que, como sabemos, lida com a **restrição da liberdade**. Uma decisão equivocada aqui pode ter consequências gravíssimas. Daí a importância do colegiado atuar com cautela, especialmente nos casos de revisão criminal ou em que se discute a legalidade de prisões.

Capítulo VI – Das Câmaras Cíveis

Art. 108 – Composição e sessões

O Tribunal de Justiça do Paraná possui **vinte Câmaras Cíveis**, cada uma composta por **cinco Desembargadores**. Elas funcionam em **duas modalidades**: *Composição Integral*, com todos os cinco membros julgando, e *Composição Isolada*, em que o julgamento é feito por apenas três Desembargadores.

O calendário das sessões é rigorosamente organizado: cada grupo de Câmaras tem um dia da semana reservado — terças, quartas ou quintas-feiras — o que facilita tanto a logística interna quanto o acompanhamento pelos advogados e partes. É como um teatro com sessões fixas, onde cada elenco sabe exatamente o dia de entrar em cena.

Os votos seguem a ordem decrescente de antiguidade, começando pelo Relator. Isso garante que os mais experientes se posicionem primeiro, estabelecendo o tom da análise jurídica.

Art. 109 – Atuação do Relator em situações urgentes

Nos casos de urgência — pense em situações de risco iminente, como liminares em planos de saúde, ou bloqueios indevidos de contas — o Relator deve **analisar imediatamente o pedido de tutela de urgência**, mesmo que depois decline da competência. O raciocínio é simples: **proteger o direito enquanto ainda há tempo**.

E se o processo for redistribuído, o novo Relator tem liberdade para **manter ou reformar a decisão anterior**, respeitando, claro, a argumentação e os fundamentos da urgência. Esse mecanismo garante celeridade sem abrir mão da revisão judicial.

Art. 110 – Especialização temática das Câmaras

Esse artigo é uma verdadeira cartografia da Justiça cível paranaense. As Câmaras são organizadas por **matérias específicas**, como se fossem departamentos especializados. Isso permite que os Desembargadores se aprofundem em determinados ramos do Direito, promovendo julgamentos mais técnicos e uniformes.

Aqui vão alguns exemplos relevantes:

- **Primeira a Terceira Câmaras**: tratam de questões tributárias, responsabilidade civil do poder público e servidores (exceto previdência).
- **Quarta e Quinta**: especializadas em improbidade, licitações, meio ambiente e mandados de segurança contra agentes públicos.
- **Sexta e Sétima**: cuidam de previdência e ensino, além de relações de consumo em telefonia e internet.



- **Décima Primeira e Décima Segunda:** voltadas ao Direito de Família e Sucessões.
- **Décima Terceira a Décima Sexta:** bancário e execuções de título extrajudicial.
- **Décima Sétima e Décima Oitava:** Direito Empresarial, Registros Públicos, posse, falência, entre outros.
- **Décima Nona e Vigésima:** compromissos de compra e venda de imóveis, contratos de adesão, adjudicações compulsórias.

Essa especialização é uma resposta ao fenômeno da **judicialização da vida cotidiana**. Imagine, por exemplo, o número de ações contra planos de saúde ou contra empresas de telefonia. Ter uma Câmara que conhece profundamente essas matérias evita decisões contraditórias e ajuda a consolidar jurisprudência.

Art. 111 – Equilíbrio na distribuição dos processos

Para manter a equidade entre as Câmaras, existe um regramento que **redistribui certas matérias de maneira uniforme** entre todas, especialmente aquelas que não se encaixam diretamente nas especializações. Um bom exemplo são os processos sobre **alienação fiduciária**, que costumam ser distribuídos proporcionalmente para evitar sobrecarga.

Art. 112 a 113 – Competência das Composições Integral e Isolada

A Composição **Integral** julga:

- Conflitos de competência entre juízes de 1º grau;
- Mandados de segurança contra decisões das Câmaras Isoladas;
- Recursos e ações relacionadas ao direito de greve de servidores;
- Exceções de impedimento e suspeição contra juízes;
- Recursos quando o resultado da Isolada não for unânime (aplicando-se o art. 942 do CPC);
- E a chamada “segunda metade” de ações rescisórias, quando a primeira votação for pela rescisão.

Já a Composição **Isolada** trata:

- Recursos civis ordinários (apelações, agravos, embargos);
- Habeas corpus civil (prisão por dívida);
- Correições parciais e incidentes processuais;
- Ações rescisórias originadas de decisões de 1º grau;
- E mandados de segurança contra decisões administrativas de menor escala, como as praticadas por secretários ou promotores.

Capítulo VII – Das Câmaras Criminais

Art. 114 – Composição e funcionamento

O TJPR conta com **seis Câmaras Criminais**, compostas, cada uma, por **cinco Desembargadores**. Assim como no cível, funcionam em duas modalidades: **Composição Integral** (todos os cinco membros julgando) e **Composição Isolada** (três julgadores apenas).



As sessões ordinárias são realizadas **às quintas-feiras**, o que facilita a organização dos processos e das agendas dos advogados e membros do Ministério Público. Esse tipo de regularidade é essencial em um tribunal de grande porte, pois evita sobreposição de pautas e facilita a previsibilidade no trâmite dos feitos.

O quórum e a ordem de votação seguem o padrão já visto: **cinco julgadores na Integral, três na Isolada**, com voto por ordem decrescente de antiguidade a partir do Relator (ou do Revisor, quando houver).

Art. 115 – Urgência e medidas assecuratórias

A atuação do Relator em situações de urgência também é destacada aqui. Nos casos em que há **risco de perecimento de direito**, como em prisões ilegais ou bloqueios de bens de réus, o Relator pode (e deve) **decidir imediatamente** — mesmo que depois o processo seja redistribuído.

O novo Relator, por sua vez, tem liberdade para **manter ou reformar a decisão inicial**. Essa estrutura serve para garantir agilidade, sem abrir mão da revisão interna — e é particularmente importante em matéria penal, onde **os efeitos de uma decisão tardia podem ser irreversíveis**.

Art. 116 – Especialização temática das Câmaras

Tal como no cível, as Câmaras Criminais são especializadas por matéria. A distribuição temática não é apenas um detalhe técnico — ela reflete a necessidade de tratar certos crimes com a devida complexidade, considerando peculiaridades jurídicas, sociais e processuais. Veja os principais agrupamentos:

- **Primeira Câmara Criminal:** crimes contra a pessoa (homicídios, lesões), crimes militares e feitos vindos do Conselho de Justificação da Polícia Militar. Em outras palavras, é a Câmara mais próxima do Tribunal do Júri e da jurisdição penal militar.
- **Segunda Câmara Criminal:** infrações penais atribuídas a Prefeitos, crimes contra a administração pública, a fé pública, a incolumidade pública (como incêndios), além de crimes ambientais, tributários e infracionais (ECA).
- **Terceira, Quarta e Quinta Câmaras Criminais:** cuidam de crimes contra o patrimônio (furtos, roubos), dignidade sexual, tóxicos e entorpecentes — enfim, o "grosso" da criminalidade urbana comum.
- **Sexta Câmara Criminal:** exclusiva para **violência doméstica e familiar contra a mulher**, com competência plena, exceto nos casos do Tribunal do Júri. Essa especialização é uma conquista institucional relevante, pois centraliza o julgamento de temas marcados por vulnerabilidades específicas e exige sensibilidade jurídica diferenciada.

Um ponto curioso aqui é o critério de conexão entre crimes: quando há mais de um tipo de infração, **prevalece o órgão com competência sobre o crime mais grave** (em termos de pena). Mas há exceções fixas — por exemplo, se houver violência doméstica, o feito vai direto à Sexta Câmara, ainda que envolva outros crimes menores.



Art. 117 – Competência das Câmaras em Composição Integral

A Composição Integral, como já vimos, atua em revisões e revisitações de decisões importantes. No campo criminal, isso se traduz em:

- Julgar **embargos infringentes** (quando há voto vencido pela absolvição ou pena menor);
- Resolver **conflitos de competência** entre juízes de 1º grau;
- Analisar **revisões criminais**, mandados de segurança e habeas corpus contra decisões da Composição Isolada;
- Decidir sobre **impedimentos e suspeições de magistrados**, e revisar **atos de Prefeitos Municipais**, entre outras atribuições.

Art. 118 – Competência das Câmaras em Composição Isolada

A Composição Isolada, por outro lado, funciona como a linha de frente. Nela são julgados:

- Recursos ordinários (apelações, habeas corpus, correições parciais);
- Ações penais originárias, quando cabíveis;
- Incidentes como **pedidos de desaforamento**, em que se questiona a imparcialidade do júri local;
- Reclamações, embargos de declaração e agravos contra decisões dos Relatores;
- Mandados de segurança contra atos de juízes de 1º grau e promotores.

LIVRO II - TÍTULO II - DAS COMISSÕES

Art. 119 – Comissões Permanentes e sua composição

As Comissões Permanentes funcionam como engrenagens internas do Tribunal de Justiça. Embora não estejam no centro das atenções, são essenciais para o bom funcionamento da casa. Imagine uma orquestra sinfônica: o público geralmente olha para o maestro e os solistas, mas é o afinador de instrumentos que garante a harmonia. Essas comissões fazem justamente esse papel.

Logo no início de cada biênio — ou seja, a cada dois anos — o Presidente do TJPR nomeia os membros das comissões. A presidência de cada uma delas, com exceções específicas, é exercida pelo Desembargador mais antigo entre os nomeados. Essa escolha pelo critério da antiguidade não é por acaso: trata-se de reconhecer a experiência e o histórico institucional de quem irá coordenar os trabalhos.

Entre as comissões permanentes, temos uma variedade que reflete a complexidade da Justiça: desde aquelas que tratam da **organização judiciária**, passando pela **segurança dos magistrados, obras físicas**, até temas como **saúde mental de servidores** e **regulação de concursos**.

Vale pontuar: nem todo magistrado pode participar dessas comissões. Desembargadores que fazem parte do **TRE** ou do **Conselho da Magistratura**, por exemplo, são automaticamente excluídos dessa



designação — salvo se forem suplentes. Isso ajuda a evitar a sobreposição de funções e o excesso de acúmulo de tarefas.

Outro ponto curioso é que algumas comissões exigem **composição mínima diversificada**. A Comissão de Apoio à Saúde, por exemplo, deve incluir magistrados de 1º e 2º grau, além de gestores técnicos. Isso mostra uma preocupação moderna com a pluralidade de visões — e não apenas com a hierarquia.

Já a Comissão Eleitoral é uma exceção notável. Quem preside é o próprio Presidente do Tribunal, e os demais membros são os dois Desembargadores mais antigos **desde que não sejam candidatos**. Essa cláusula é crucial para assegurar a imparcialidade do processo eleitoral interno.

Art. 120 – Competências das Comissões

Agora entramos no detalhamento das atribuições. É aqui que a coisa ganha cor. Cada comissão tem um campo específico de atuação, e suas funções se assemelham muito às de comitês técnicos em outras instituições — como conselhos universitários ou diretorias colegiadas.

I – Comissão de Organização e Divisão Judiciárias

Essa comissão cuida da “arquitetura” institucional do Judiciário. Se o TJPR for um organismo vivo, ela seria o setor responsável por cuidar dos ossos e músculos: estrutura de varas, comarcas, entrâncias, divisões. Além disso, pode propor alterações nessa estrutura e sugerir ao Presidente ajustes operacionais.

II – Comissão de Regimento Interno e Procedimento

Pense nesta comissão como a guardiã das “regras da casa”. É ela quem opina sobre mudanças no Regimento Interno e cuida da redação final das emendas — exceto quando se trata de especialização de Câmaras, que é tema de outra comissão. Uma espécie de comissão de constituição e justiça do Tribunal.

III – Comissão de Jurisprudência, Revista, Documentação e Biblioteca

Aqui temos um trabalho quase editorial e cultural. Esta comissão organiza e publica a **revista de jurisprudência**, sistematiza as decisões mais relevantes e cuida da memória institucional do Tribunal — inclusive do Museu da Justiça. É ela quem dá vida à jurisprudência como fonte de Direito. Um bom paralelo seria o de um centro de memória universitário ou um instituto histórico.

V – Comissão de Obras

Como o nome indica, trata de tudo que envolve **obras físicas e infraestrutura**. Analisa projetos de construção e reforma, acompanha licitações e fiscaliza a execução. Não parece algo de natureza jurídica? Pois é. Mas, na prática, sem obras e manutenção, não há onde julgar processos. A Justiça também se faz com tijolo, cimento e ar-condicionado funcionando.

VI – Comissão de Segurança



Essa comissão se debruça sobre um tema cada vez mais sensível: a **proteção de magistrados**. Elabora planos, analisa pedidos de escolta ou reforço de segurança e propõe medidas preventivas, inclusive de arquitetura forense.

VII – Comissão Geral de Concursos

Aqui, o foco é o futuro do Judiciário. Essa comissão planeja e acompanha **concursos públicos**, tanto para juízes quanto para servidores. Define regulamentos, acompanha bancas e cuida da lisura dos certames. Quem estuda para concursos deve muito a essa engrenagem administrativa.

VIII – Comissão de Apoio à Saúde

A saúde mental e física dos magistrados e servidores deixou de ser um tabu. Esta comissão planeja **ações de prevenção**, programas de atenção psicossocial, acompanhamento de dados sobre adoecimento e colabora com a área orçamentária na priorização de políticas públicas internas de bem-estar.

IX – Comissão de Especialização de Câmaras

Ela observa, analisa e propõe mudanças na **distribuição temática das Câmaras**. Isso evita, por exemplo, que uma Câmara fique sobrecarregada com ações contra planos de saúde enquanto outra julga apenas questões sucessórias.

X – Comissão Eleitoral

Responsável por **organizar as eleições internas** do Tribunal: define quem pode votar, lacra sistemas de votação, apura resultados e resolve dúvidas. É como uma Justiça Eleitoral interna, com ritos próprios e protocolos públicos — como audiências de lacração e apuração de votos criptografados.

XI – Comissão de Revisão de Custas e Emolumentos

Seu papel é essencial para a justiça acessível. Ela estuda o funcionamento do sistema de **cobrança e devolução de custas judiciais**, além de avaliar eventuais distorções e propor alterações. Afinal, cobrar mal também é uma forma de injustiça.

§§ 1º e 2º – Regulamentos e prazos

Cada comissão deve elaborar seu próprio **regulamento interno**, com regras operacionais. Além disso, elas têm o prazo de **sessenta dias** para analisar e emitir parecer sobre os assuntos que lhes são encaminhados — o que ajuda a manter o ritmo das deliberações e evita o famoso “engavetamento”.

Art. 121 – Comissões não permanentes

Por fim, vale lembrar que o Tribunal pode criar **Comissões temporárias**, conforme a necessidade. Elas não têm caráter fixo nem previsão no regimento, mas são criadas por iniciativa do Presidente para atender a demandas pontuais. Por exemplo, pode haver uma comissão para **estudar impactos de nova legislação** ou para **acompanhar a instalação de um novo sistema eletrônico**.



Essas comissões são como grupos de trabalho que surgem quando algo exige atenção especial. E, como na vida, nem tudo pode ser resolvido por estruturas permanentes. Às vezes, é preciso montar uma força-tarefa — e o Regimento prevê esse espaço de flexibilidade.

LIVRO II - TÍTULO III - DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DO SEGUNDO GRAU

Art. 122 – Finalidade e funcionamento do CEJUSC de 2º grau

Este artigo inaugura uma seção especialmente voltada à cultura do diálogo dentro do Tribunal de Justiça do Paraná. Aqui, o foco se afasta um pouco da lógica tradicional do “ganha-perde” do processo judicial e se aproxima de algo mais conciliador: a **autocomposição**.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Segundo Grau – ou, de forma abreviada, CEJUSC 2º grau – é vinculado à 2ª Vice-Presidência do TJPR. Seu objetivo é claro: **estimular a resolução amigável de conflitos em grau recursal**. Ou seja, mesmo depois que o processo já passou pelo primeiro grau, ainda se abre uma janela para o acordo. Parece tarde? Nem sempre. Às vezes, a mudança de perspectiva acontece justamente nessa etapa.

Esse centro conta com uma equipe de apoio formada por servidores e estagiários, que ficam encarregados de tarefas operacionais: organizar pautas, convocar partes e advogados, conduzir ou dar suporte logístico às sessões. É o tipo de trabalho de bastidor que, embora não apareça nas decisões, garante o sucesso dos encontros.

Além disso, o processo pode ser encaminhado ao CEJUSC de diferentes formas: por sugestão das partes, por iniciativa do próprio relator ou até por atuação da coordenação do centro. Existe, inclusive, um prazo simbólico de 30 dias a contar da conclusão dos autos, dentro do qual o relator pode identificar essa possibilidade.

E a comunicação com as partes? Bem, aqui se vê uma clara adaptação à realidade atual. Os convites para conciliação podem ser feitos **por telefone, mensagem, e-mail, carta ou publicação no Diário de Justiça**. A lógica é simples: o importante é alcançar as pessoas, não importa o meio.

Art. 123 – Audiências feitas pelos próprios Relatores

Apesar de o CEJUSC ser o ambiente formal para essas tratativas, os próprios **Desembargadores Relatores também podem conduzir audiências de conciliação em seus gabinetes**, desde que vejam nisso uma chance viável de resolução.

Esse artigo é importante porque mostra que a autocomposição **não está restrita a um setor do Tribunal**. É uma cultura que pode – e deve – ser adotada por todo magistrado. Inclusive, o próprio relator pode homologar o acordo e declarar o fim do processo com resolução de mérito, conforme prevê o Código de Processo Civil.



Em tempo: o relator pode, se quiser, contar com o apoio da equipe do seu gabinete para organizar essas audiências.

Art. 124 – Formação e capacitação

Aqui temos uma diretriz que trata da **formação dos próprios agentes do Judiciário**. Tanto a Escola da Magistratura quanto a Escola de Servidores devem incluir em seus cursos conteúdos sobre **mediação e conciliação**.

É um passo importante, pois difunde o conhecimento técnico e consolida a ideia de que resolver conflitos não é apenas uma questão jurídica, mas também comunicacional, emocional e, muitas vezes, institucional.

Art. 125 – Convênios para fomentar a conciliação

O artigo 125 amplia o alcance do CEJUSC. Ele autoriza o Tribunal, por meio de seu Presidente, a **firmar parcerias com outras instituições** para promover a cultura conciliatória. Isso permite, por exemplo, ações conjuntas com universidades, defensorias públicas, câmaras municipais ou outras entidades que queiram integrar o Movimento Nacional pela Conciliação.

CAPÍTULO II – DA COORDENADORIA

Art. 126 – Composição da Coordenadoria

Este artigo define quem compõe a estrutura diretiva do CEJUSC de 2º grau. São três magistrados designados: um coordenador, um coordenador adjunto e um juiz das turmas recursais. Eles atuam **sem prejuízo das suas demais funções**, ou seja, conciliam essa função com o exercício regular da magistratura.

Além dos juízes, a equipe conta com conciliadores voluntários, preferencialmente **magistrados aposentados, membros do MP ou procuradores públicos**. Essa escolha tem lógica: trata-se de pessoas com experiência institucional e formação jurídica consolidada, o que contribui para uma mediação mais qualificada.

Completa-se a equipe com dois assessores jurídicos do próprio quadro do Tribunal, sendo que um deles assume a função de **supervisor do centro**. Cabe a ele organizar o trabalho dos demais funcionários e dos estagiários, funcionando, na prática, como um gerente operacional.

Art. 127 – Funções do Coordenador

O coordenador é o responsável por fazer o CEJUSC funcionar, na prática. Ele orienta e supervisiona os trabalhos, propõe programas de atuação, identifica tipos de conflito mais propícios à mediação e pode até editar normas internas para melhorar os procedimentos.

Além disso, é dele a tarefa de **organizar mutirões de conciliação**, eventos que ajudam a reduzir o acervo de processos e oferecem uma solução mais rápida a litígios que, muitas vezes, se arrastam por anos.



No exercício dessas atribuições, o coordenador pode **propor medidas ao próprio Tribunal**, colaborando com a direção do TJPR para fortalecer a cultura de pacificação social.

§§ 1º a 4º – Atribuições e estrutura

O parágrafo primeiro reforça a competência da Coordenação para dirigir o centro, prestar informações ao Nupemec (órgão estadual voltado à mediação) e homologar acordos, extinguindo os processos com base no artigo 487 do CPC.

Em caso de ausência do Coordenador, o Adjunto o substitui integralmente. E, se houver autorização superior, o coordenador pode até se afastar temporariamente de sua função jurisdicional para se dedicar exclusivamente ao CEJUSC – o que mostra o reconhecimento institucional da importância dessa atividade.

CAPÍTULO III – DA MESA DE DIÁLOGOS

(Inclusão recente: Emenda Regimental nº 32, de 2025)

Art. 127-A – Diálogo institucional em conflitos de grande impacto

Por fim, temos aqui uma inovação bastante interessante: a **Mesa de Diálogos**, vinculada à Presidência do TJPR. Ela nasce para lidar com **conflitos coletivos complexos**, especialmente aqueles que envolvem a Administração Pública e seus servidores, ou ainda conflitos que, mesmo sendo entre privados, tenham **impacto político, econômico ou social relevante**.

A ideia é ter um espaço institucionalizado para o diálogo, com mais flexibilidade e atenção do que o processo comum oferece. Um exemplo claro: conflitos sobre greves no serviço público, impasses sobre reajustes de planos de saúde coletivos ou disputas entre sindicatos e entes públicos.

O funcionamento da Mesa é coordenado pelo Presidente do TJPR ou por um magistrado por ele designado. A mediação pode ser feita por esse mesmo Presidente, por um coordenador do CEJUSC ou outro mediador indicado. E o apoio administrativo vem justamente do CEJUSC de 2º grau, o que evita a criação de mais estruturas e favorece a integração.

Cabe destacar que os procedimentos da Mesa de Diálogo serão definidos por **ato da Presidência**, permitindo certa maleabilidade na condução dos casos, sempre com foco na resolução consensual.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

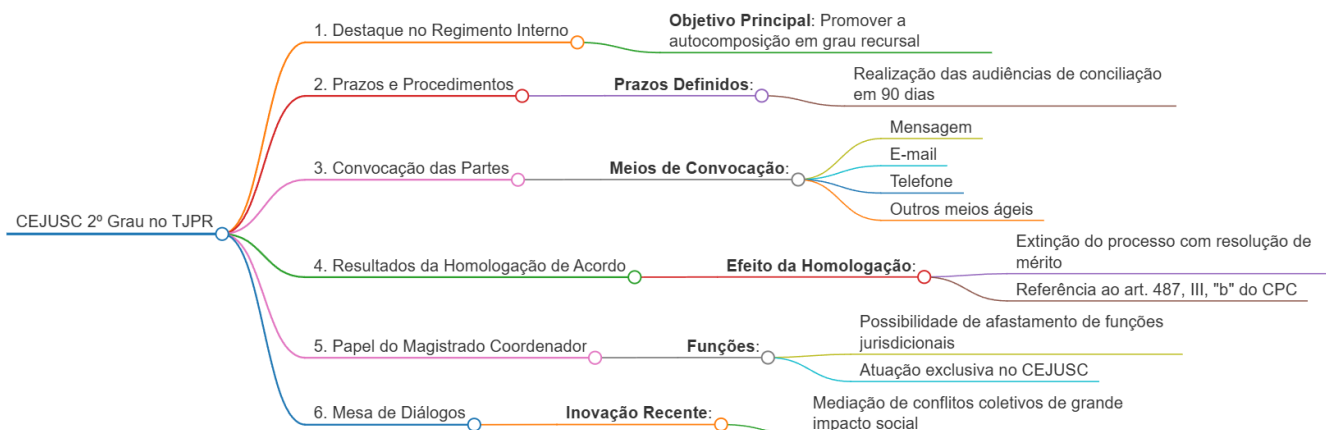


Um tema com alta probabilidade de ser cobrado em provas envolvendo o Regimento Interno do TJPR é a **estrutura e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Segundo Grau (CEJUSC 2º grau)**. A razão é clara: trata-se de uma iniciativa institucional moderna, alinhada às diretrizes do CNJ, que promove a cultura da pacificação e da autocomposição. O CEJUSC atua sobre processos em grau recursal, oferecendo às partes uma nova oportunidade de resolver o conflito de forma consensual, mesmo após o primeiro julgamento. A atuação do CEJUSC é especialmente relevante em tempos de judicialização excessiva e de busca por eficiência, o que o torna um ponto sensível tanto em avaliações teóricas quanto em provas práticas de concurso.

Além disso, o Regimento do TJPR traz uma estrutura detalhada e operacional para esse órgão, prevendo prazos (como os 90 dias para realização das audiências), formas de convocação das partes, competências do Magistrado Coordenador e regras sobre homologação dos acordos. Soma-se a isso a recente introdução da **Mesa de Diálogos**, voltada à mediação de conflitos coletivos de alto impacto envolvendo o poder público, o que demonstra uma expansão do escopo de atuação do Tribunal para além da litigiosidade clássica. Essa tendência institucional de valorização dos meios alternativos de solução de controvérsias está em consonância com as reformas processuais contemporâneas e tende a aparecer em provas que valorizem o conhecimento atualizado sobre o funcionamento do Judiciário.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.





QUESTÕES COMENTADAS



1. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) Segundo o Regimento Interno do TJ/PR, o órgão desse tribunal que é composto exatamente por vinte e cinco desembargadores é o

- A) Conselho da Magistratura, que exerce função regulamentadora e disciplinar.
- B) Conselho da Magistratura, que é subordinado ao Tribunal Pleno.
- C) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as atribuições delegadas pelo Conselho da Magistratura.
- D) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as competências privativas delegadas pelo Tribunal Pleno.
- E) Tribunal Pleno, órgão máximo do TJ/PR.

Comentários:

O Órgão Especial do TJPR é formado por 25 desembargadores, nos termos do Regimento Interno. Ele funciona como órgão diretivo e deliberativo, possuindo atribuições específicas e competências privativas, muitas das quais delegadas pelo Tribunal Pleno. As alternativas A e B estão incorretas quanto à composição e subordinação do Conselho da Magistratura. A alternativa C atribui erroneamente competências do Conselho da Magistratura ao Órgão Especial, enquanto a E erra ao afirmar que o Tribunal Pleno é composto por esse número fixo.

Gabarito: D



2. (PUC-PR / TJ-PR - 2017) Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, responde pelo poder de polícia do Tribunal, como regra geral

- A) o Vice-Presidente.
- B) o Presidente.
- C) o Corregedor-Geral de Justiça.
- D) todos os Desembargadores.
- E) a Polícia Militar do Estado.

Comentários:

Nos termos do art. 483 do Regimento Interno do TJPR, o Presidente é quem detém o poder de polícia do Tribunal, podendo requisitar auxílio de outras autoridades quando necessário. Durante sessões e audiências, esse poder é exercido por quem as preside. A alternativa B está correta. As demais alternativas incorrem em erro quanto à atribuição da competência regimental.

Gabarito: B

3. (PUC-PR / TJ-PR - 2014) Em relação ao Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar:

- A) O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e vinte Desembargadores, tem sede e jurisdição na capital.
- B) Um quinto (1/5) dos lugares do tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze (15) anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- C) Verificada vaga de Desembargador a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o Órgão Especial para o preenchimento do respectivo cargo.
- D) No caso de promoção ao cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços (2/3) de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

Comentários:

A alternativa D está de acordo com o art. 93, II, "a", da CF/88 e é reproduzida no Regimento Interno. A recusa do juiz mais antigo na promoção por antiguidade exige o voto de 2/3 dos membros e decisão fundamentada, com direito à ampla defesa. A alternativa A erra no número de desembargadores. A B erra ao mencionar "lista tríplice", quando o correto seria "lista sêxtupla" para o quinto constitucional. A C erra ao atribuir ao Presidente ato que compete ao próprio Tribunal.

Gabarito: D

4. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pelos Desembargadores, pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor.
- B) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.



C) O Presidente, os Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor integrarão Camaras ou Grupos de Camaras, na falta dos seus membros.

D) O Tribunal de Justiça será presidido pelo Governador do Estado, caso não estejam aptos o Presidente, os Vice- Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor.

Comentários:

A alternativa correta é a B, pois reflete exatamente a estrutura organizacional prevista no Regimento Interno: o TJPR funciona em Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e órgãos fracionários (Câmaras, Seções etc.). As alternativas A e C atribuem cargos inexistentes ou exercem funções incompatíveis. A D é evidentemente incorreta, pois o Governador não tem qualquer função de presidência no Poder Judiciário.

Gabarito: B

5. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça:

1. realizar correições gerais periódicas.
2. receber, processar e decidir as reclamações contra os servidores do foro judicial, agentes delegados do foro extrajudicial e funcionários da Justiça que atuem em primeiro grau de jurisdição.
3. verificar se os servidores do foro judicial, os agentes delegados do foro extrajudicial e os funcionários da Justiça que atuam em primeiro grau de jurisdição criam dificuldades às partes, impondo-lhes exigências ilegais.
4. instaurar, de ofício ou mediante representação, procedimento administrativo para apuração de falta funcional ou invalidez de servidores do foro judicial, de agentes delegados do foro extrajudicial e de funcionários da Justiça que atuem em primeiro grau de jurisdição, exceto, quanto a estes, os integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria.

Estão corretos os itens:

- A) 3 e 4 apenas.
- B) 1 e 4 apenas.
- C) 1, 2 e 3 apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

Comentários:

Todos os itens apresentados estão de acordo com as competências regimentais do Corregedor-Geral da Justiça, que tem ampla atuação na supervisão dos serviços judiciais e extrajudiciais de primeiro grau. A exceção mencionada no item 4 está corretamente descrita, tratando dos integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria, cuja apuração é feita por outro órgão. Portanto, a alternativa correta é a D.

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Quais critérios orientam a composição das Comissões Permanentes do TJPR, especialmente quanto à presidência?
2. Qual o papel institucional da Comissão de Especialização de Câmaras dentro da lógica organizacional do TJPR?
3. Como se diferencia a atuação da Comissão de Jurisprudência daquela exercida pela Comissão de Regimento Interno?
4. Por que a Comissão de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores é considerada uma inovação relevante no âmbito do TJPR?
5. Em que circunstâncias o Relator pode remeter um processo ao CEJUSC de 2º grau por conta própria?
6. Como o CEJUSC de 2º grau garante a agilidade na comunicação com as partes e advogados?
7. Qual a consequência jurídica da homologação de um acordo firmado em audiência de conciliação ou mediação no CEJUSC?
8. De que forma o Regimento garante a capacitação técnica para a mediação e conciliação dentro do TJPR?
9. Qual a composição mínima exigida para a Comissão de Apoio à Saúde?



10. A quem cabe a homologação dos acordos firmados no CEJUSC na ausência do Coordenador?
11. Quais elementos compõem a equipe da Coordenadoria do CEJUSC de 2º grau?
12. O que distingue a atuação da Mesa de Diálogos da atuação regular do CEJUSC?
13. Qual é o papel do Presidente do TJPR na instauração e condução da Mesa de Diálogos?
14. Quais comissões permanentes do TJPR foram expressamente revogadas ou modificadas recentemente?
15. Como se assegura a autonomia de funcionamento das Comissões Permanentes quanto à sua rotina e processos internos?
16. Qual é o fundamento legal para a extinção de processo por acordo firmado no gabinete do relator, fora do CEJUSC?
17. Qual a principal função da Comissão Geral de Concursos no âmbito do TJPR?
18. Quais os principais meios utilizados para a realização das sessões de mediação no CEJUSC de 2º grau?
19. Em que consiste a função do Supervisor do CEJUSC de 2º grau, e quem a exerce?
20. A quem compete regulamentar o funcionamento da Mesa de Diálogos, conforme as alterações regimentais mais recentes?

Perguntas com respostas

1. Quais critérios orientam a composição das Comissões Permanentes do TJPR, especialmente quanto à presidência?

Resposta: A presidência de cada comissão permanente é conferida ao Desembargador mais antigo entre os designados, salvo nos casos da Comissão Eleitoral e outras exceções previstas. A nomeação dos membros ocorre no início de cada biênio, por ato do Presidente do Tribunal.

2. Qual o papel institucional da Comissão de Especialização de Câmaras dentro da lógica organizacional do TJPR?

Resposta: Essa comissão avalia a distribuição temática das matérias entre as Câmaras, propondo alterações para equilibrar o volume e a natureza dos processos, emitindo pareceres sobre emendas regimentais relativas à especialização e promovendo estudos para equalização das competências.

3. Como se diferencia a atuação da Comissão de Jurisprudência daquela exercida pela Comissão de Regimento Interno?

Resposta: A Comissão de Jurisprudência trata da organização e sistematização do conteúdo jurisprudencial, da memória institucional e da Biblioteca do TJPR, enquanto a Comissão de Regimento Interno lida com a estrutura normativa do Tribunal, propondo e redigindo emendas regimentais, exceto as de especialização de câmaras.

4. Por que a Comissão de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores é considerada uma inovação relevante no âmbito do TJPR?



Resposta: Porque ela institucionaliza a atenção à saúde mental e física de servidores e magistrados, incorporando diretrizes da política nacional do CNJ, fomentando ações de prevenção e bem-estar e contribuindo para a humanização do ambiente forense.

5. Em que circunstâncias o Relator pode remeter um processo ao CEJUSC de 2º grau por conta própria?

Resposta: Quando, ao receber os autos, entender que existe viabilidade de autocomposição. Nesse caso, ele pode, de ofício, encaminhar o processo ao CEJUSC dentro do prazo de 30 dias contados da conclusão.

6. Como o CEJUSC de 2º grau garante a agilidade na comunicação com as partes e advogados?

Resposta: Utilizando meios diversos e céleres de convocação: telefone, mensagens por aplicativos, e-mail, correspondência tradicional ou publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

7. Qual a consequência jurídica da homologação de um acordo firmado em audiência de conciliação ou mediação no CEJUSC?

Resposta: O acordo, após homologado, extingue o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

8. De que forma o Regimento garante a capacitação técnica para a mediação e conciliação dentro do TJPR?

Resposta: Determinando que a Escola da Magistratura e a Escola de Servidores incluam, em seus cursos, módulos específicos de mediação e conciliação.

9. Qual a composição mínima exigida para a Comissão de Apoio à Saúde?

Resposta: Um Magistrado de 1º grau, um Magistrado de 2º grau, o gestor da área de saúde e o gestor da área de gestão de pessoas.

10. A quem cabe a homologação dos acordos firmados no CEJUSC na ausência do Coordenador?

Resposta: Ao Magistrado Coordenador Adjunto, conforme previsão expressa no artigo 127, §2º do Regimento.

11. Quais elementos compõem a equipe da Coordenadoria do CEJUSC de 2º grau?

Resposta: Um Magistrado Coordenador, um Coordenador Adjunto, um Magistrado das Turmas Recursais, dois funcionários com formação jurídica, conciliadores voluntários e um supervisor, escolhido entre os funcionários.

12. O que distingue a atuação da Mesa de Diálogos da atuação regular do CEJUSC?

Resposta: A Mesa de Diálogos atua em **conflitos coletivos de alto impacto**, especialmente os que envolvem a Administração Pública e temas sensíveis de relevância social, econômica ou política, em qualquer grau de jurisdição.



13. Qual é o papel do Presidente do TJPR na instauração e condução da Mesa de Diálogos?

Resposta: Ele pode acolher pedidos de instauração da Mesa, indicar mediadores ou até atuar pessoalmente como mediador, delegando atribuições ao Coordenador do CEJUSC se necessário.

14. Quais comissões permanentes do TJPR foram expressamente revogadas ou modificadas recentemente?

Resposta: A Comissão prevista no inciso IV do art. 119 foi revogada pela Emenda Regimental nº 27, de 13 de setembro de 2024.

15. Como se assegura a autonomia de funcionamento das Comissões Permanentes quanto à sua rotina e processos internos?

Resposta: Cada comissão deve elaborar seu próprio regulamento interno e tem prazo de 60 dias para emitir parecer sobre matérias a ela encaminhadas.

16. Qual é o fundamento legal para a extinção de processo por acordo firmado no gabinete do relator, fora do CEJUSC?

Resposta: O art. 487, III, “b”, do CPC, que permite a extinção com resolução de mérito quando as partes transigem, independentemente do local em que isso ocorra.

17. Qual a principal função da Comissão Geral de Concursos no âmbito do TJPR?

Resposta: Supervisionar, organizar e regulamentar os concursos públicos do Tribunal, podendo requisitar assessoramento jurídico e acompanhar todo o procedimento administrativo dos certames.

18. Quais os principais meios utilizados para a realização das sessões de mediação no CEJUSC de 2º grau?

Resposta: As sessões podem ser presenciais ou realizadas por meios virtuais que permitam a interação em grupo, como videoconferências.

19. Em que consiste a função do Supervisor do CEJUSC de 2º grau, e quem a exerce?

Resposta: O Supervisor é um dos funcionários designados com formação jurídica, incumbido de coordenar os serviços dos demais funcionários e estagiários, garantindo o bom andamento das atividades administrativas do Centro.

20. A quem compete regulamentar o funcionamento da Mesa de Diálogos, conforme as alterações regimentais mais recentes?

Resposta: Ao Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de ato específico, que estabelecerá os procedimentos e diretrizes da Mesa.



LISTA DE QUESTÕES

1. (CEBRASPE / TJ-PR - 2019) Segundo o Regimento Interno do TJ/PR, o órgão desse tribunal que é composto exatamente por vinte e cinco desembargadores é o

- a) Conselho da Magistratura, que exerce função regulamentadora e disciplinar.
- b) Conselho da Magistratura, que é subordinado ao Tribunal Pleno.
- c) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as atribuições delegadas pelo Conselho da Magistratura.
- d) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as competências privativas delegadas pelo Tribunal Pleno.
- e) Tribunal Pleno, órgão máximo do TJ/PR.

2. (PUC-PR / TJ-PR - 2017) Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, responde pelo poder de polícia do Tribunal, como regra geral

- a) o Vice-Presidente.
- b) o Presidente.
- c) o Corregedor-Geral de Justiça.
- d) todos os Desembargadores.
- e) a Polícia Militar do Estado.

3. (PUC-PR / TJ-PR - 2014) Em relação ao Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar:

- a) O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e vinte Desembargadores, tem sede e jurisdição na capital.
- b) Um quinto (1/5) dos lugares do tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze (15) anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- c) Verificada vaga de Desembargador a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o Órgão Especial para o preenchimento do respectivo cargo.
- d) No caso de promoção ao cargo de Desembargador, pelo critério de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços (2/3) de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

4. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.



- a) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pelos Desembargadores, pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor.
- b) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.
- c) O Presidente, os Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor integrarão Camaras ou Grupos de Camaras, na falta dos seus membros.
- d) O Tribunal de Justiça será presidido pelo Governador do Estado, caso não estejam aptos o Presidente, os Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor.

5. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça:

- 1. realizar correições gerais periódicas.**
- 2. receber, processar e decidir as reclamações contra os servidores do foro judicial, agentes delegados do foro extrajudicial e funcionários da Justiça que atuem em primeiro grau de jurisdição.**
- 3. verificar se os servidores do foro judicial, os agentes delegados do foro extrajudicial e os funcionários da Justiça que atuam em primeiro grau de jurisdição criam dificuldades às partes, impondo-lhes exigências ilegais.**
- 4. instaurar, de ofício ou mediante representação, procedimento administrativo para apuração de falta funcional ou invalidez de servidores do foro judicial, de agentes delegados do foro extrajudicial e de funcionários da Justiça que atuem em primeiro grau de jurisdição, exceto, quanto a estes, os integrantes do Quadro de Pessoal da Secretaria.**

Estão corretos os itens:

- a) 3 e 4 apenas.
- b) 1 e 4 apenas.
- c) 1, 2 e 3 apenas.
- d) 1, 2, 3 e 4.

Gabaritos:

- 1. D
- 2. B
- 3. D
- 4. B
- 5. D





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.